

**Relações entre políticas estaduais de preservação do patrimônio histórico e turismo:
análise sobre São Luís do Maranhão****Saulo Ribeiro dos SANTOS*****Letícia Peret Antunes HARDT******Carlos HARDT*****

Resumo: Em decorrência do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido a São Luís, capital do Maranhão, foram priorizadas políticas estaduais de preservação, com o intuito de proteger o seu acervo patrimonial. Nesse contexto, objetiva-se, neste estudo, identificar as formas de inclusão do turismo nessas diretrizes públicas (décadas de 1980 e 1990), interpretando ações para conservação e revitalização do seu Centro Histórico. Com abordagem qualitativa e procedimentos exploratórios e descritivos, a pesquisa foi apoiada em extensa revisão bibliográfica e documental, inclusive com suporte em *web research*, alcançando resultados que contribuem para a análise crítica sobre a temática. Conclui-se que aqueles direcionamentos governamentais consideram aspectos relacionados à atividade turística, destacando-se, em especial, ganhos em infraestrutura urbana e em sustentação de bens históricos, que servem de base para o desenvolvimento do setor, notadamente com ampliação da oferta de equipamentos específicos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural da Humanidade. Políticas estaduais de preservação. Turismo. São Luís, Maranhão.

**Relations between state policies for the preservation of the historical heritage and
tourism: analysis about São Luís do Maranhão**

Abstract: As a result of the title of Cultural Heritage of Humanity awarded to São Luís, capital of Maranhão, state policies of preservation were prioritized in order to protect its patrimonial collection. In this context, the objective of this study is to identify the forms of

* Professor Doutor – coordenador do Observatório de Turismo do Maranhão e do Curso de Bacharelado em Turismo – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. Avenida dos Portugueses, s/n | Campus do Bragança, Cx. Postal 322 | CEP 65.080-040 | São Luís – MA

** Professora Doutora – titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, Brasil. Rua Imaculada Conceição, 1.155, Bloco 2 | Campus Curitiba, Cx. Postal 17.315 | CEP 80.215-901 | Curitiba – PR

*** Professor Doutor – titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, Brasil. Rua Imaculada Conceição, 1.155, Bloco 2 | Campus Curitiba Cx. Postal 17.315 | CEP 80.215-901 | Curitiba – PR

inclusion of tourism in these public guidelines (1980s and 1990s), interpreting the actions for conservation and revitalization of its Historic Center. With a qualitative approach, and exploratory and descriptive procedures, the investigation was supported by an extensive bibliographical and documentary review, including support in web research, reaching results that contribute to the critical analysis on the subject. It is concluded that these governmental directions consider aspects related to tourist activity, highlighting, mainly, gains in urban infrastructure and in support of historical assets, which serve as basis for the development of the sector, especially with an increase in the supply of specific equipment.

Keywords: Cultural Heritage of Humanity. State policies of preservation. Tourism. São Luís, Maranhão.

Introdução

Com o reconhecido crescimento do turismo em nível global (HAYLLAR; GRIFFIN; EDWARDS, 2011), os centros históricos ganham força como vetores de interesse político, delimitando formas para o seu gerenciamento (UNESCO, 2013). Para tanto, são criados órgãos governamentais destinados à organização e ao fomento da atividade, assim como políticas públicas de preservação direcionadas ao patrimônio histórico (FONSECA, 2009).

A reinserção de centros históricos à dinâmica das cidades aconteceu na década de 1980 no Brasil, mediante a valorização cultural dessas áreas, possibilitando a sua conservação, preservação e revitalização (CUTRIM, 2011; FONSECA, 2009). O valor patrimonial passou, então, a ser considerado de representação de alto valor cultural (VIEIRA, 2008), ou seja, quando dirigentes de órgãos oficiais (como do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por exemplo) o compreendem como merecedor de proteção legal.

Examinando a cidade no contexto do turismo, percebe-se a importância histórico-cultural do patrimônio urbanístico sob esse enfoque (SANTOS, 2015; TROITIÑO VINUESA, 1995). Nesse sentido, as administrações municipais vêm elaborando planos de revitalização para a sua adequação mediante critérios estabelecidos por organizações internacionais, nacionais e regionais (MÍNGUEZ GARCÍA; CALLE VAQUERO; GARCÍA HERNÁNDEZ, 2016; UNESCO, 2013). Esse é o caso de São Luís, Maranhão, Brasil, em que uma das exigências da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO – United Nations Organization for Education, Science and Culture) para obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade era a criação de plano similar e do respectivo comitê gestor (VIEIRA, 2012).

Nessa perspectiva, a renovação de centros históricos, a requalificação de espaços públicos e a reincorporação de vazios urbanos (MÍNGUEZ GARCÍA; CALLE VAQUERO; GARCÍA HERNÁNDEZ, 2016; TROITIÑO VINUESA, 1995), entre outros aspectos, tornam-se fundamentais em cidades. A atividade turística pode contribuir neste cenário, incorporando transformações paisagísticas, especialmente nos dois primeiros quesitos, como, por exemplo, em empreendimentos hoteleiros e gastronômicos (FONSECA, 2009; HAYLLAR; GRIFFIN; EDWARDS, 2011).

O relacionamento do patrimônio com o turismo (DAIFUKU, 1986), sendo, até mesmo, por ele influenciado, e o contato direto entre as culturas dos visitantes e da comunidade local, proporcionaram o aumento de áreas históricas (ADIE; HALL, 2016). Por decorrência, segundo Dencker (2007), foram geradas bases para que cientistas das áreas sociais e humanas se preocupassem mais atentamente com o setor turístico, o qual deixou de ser tratado como uma “indústria sem chaminés”, passando a ser visualizado o seu caráter múltiplo e abrangente, não só para o ambiente econômico, mas também para o meio social (DENCKER, 2007; SANTOS, 2015).

Perante essas assertivas, questiona-se como o turismo é tratado nas políticas estaduais de preservação em São Luís. Assim, tem-se como objetivo identificar de que forma a atividade turística está inclusa nessas diretrizes para a cidade nas décadas de 1980 e 1990, analisando as ações que visam à conservação e à revitalização do seu centro histórico.

Ressalta-se, porém, que não são discutidas políticas em nível internacional e nacional, tampouco no âmbito municipal, pois se busca a compreensão de como o Estado, enquanto detentor de maior grau de intervenções e mais expressivo suporte de finanças, inclui o turismo nas diretrizes de preservação, já que esta atividade é um dos vieses de transformação, manutenção, conservação e proteção do espaço urbano (HAYLLAR; GRIFFIN; EDWARDS, 2011; SANTOS, 2015). Além disso, justifica-se o recorte temporal das políticas estaduais nas citadas décadas, porque neste período ocorreu o maior volume de investimentos públicos na área histórica e também foi a época em que o Centro de São Luís foi instituído como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (ANDRÈS, 2006).

Para desenvolvimento do estudo, adotaram-se procedimentos de abordagem qualitativa e de pesquisa exploratória e descritiva, com análises bibliográficas e documentais. As primeiras foram realizadas em livros, trabalhos acadêmicos e artigos de periódicos científicos dos campos do turismo, arquitetura, urbanismo e patrimônio histórico nas bases de dados Elton Bryson Stephens Company (EBSCO) e Publicações de Turismo. Os textos foram selecionados de acordo com o objeto de estudo, de maneira a contribuir para o alcance do objetivo da investigação. As segundas foram baseadas em documentos

oficiais fundamentais para a construção de uma linha do tempo, visando identificar o foco turístico nas políticas estaduais de preservação.

Este artigo é resultado de parte de pesquisa de doutoramento sobre paisagem urbana em centro histórico, cuja investigação central foi financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A tese de doutorado aprofundou o conhecimento sobre a evolução das diretrizes estaduais de preservação, para entendimento dos trajetos da atividade turística na cidade de São Luís na perspectiva destas políticas (FONSECA, 2009; VIEIRA, 2008).

Nesse contexto, o artigo está dividido em quatro partes; na primeira, apresenta-se o questionamento investigativo, o objetivo do estudo e a metodologia de análise. Em seguida, faz-se uma breve caracterização de São Luís, para, na terceira etapa, serem abordadas as políticas estaduais de preservação e suas relações com o turismo. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

São Luís e seu patrimônio cultural

O município de São Luís está localizado na região Nordeste do Brasil (Figura 1), à beira da baía de São Marcos, entre os paralelos 2º e 3º ao sul do Equador e os meridianos 44º e 45º a oeste de Greenwich, fazendo divisa com Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Sua área territorial é de 827 km², ocupando 57% da ilha homônima (PMSL, 2014).

Seu clima equatorial quente e úmido, com altas temperaturas, condiciona a marcante presença de palmeiras na vegetação nativa, como os babaçuais e juçarais, e de mangues junto ao litoral. Nessas paisagens, também há a formação de dunas, nas praias de Calhau, Caolho e São Marcos (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).



Figura 1: Mapa e imagem aérea de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão
Fonte: Adaptada de Google Maps, 2017.

Os primeiros habitantes de São Luís foram os índios tupinambás, que ocupavam a orla marítima brasileira, os quais chamavam a cidade de Upaon-Açu, ou Ilha Grande, na linguagem tupi. Em 1535, quando da divisão das capitanias hereditárias por João III, Rei de Portugal, a do Maranhão coube a João de Barros que, apesar de claros esforços, não conseguiu colonizá-la (NOBERTO, 2004). Restando ao abandono frente às dificuldades de colonização e uma vez que a França ficara de fora do Tratado de Tordesilhas, a ilha se tornou alvo de interesse de piratas e corsários, sofrendo investidas francesas lideradas pelos tenentes generais Jacques Riffault e Charles des Vaux, por volta de 1594 (NOBERTO, 2004).

No século XVII, uma esquadra francesa liderada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, saiu em busca do estabelecimento de uma colônia além-mares. Nessa direção, chegou ao litoral maranhense e, em 08 de setembro de 1612, com o início da construção do forte Saint-Louis, em homenagem ao Rei Luís XIII, fundou a chamada França Equinocial (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). “Estava fundada a França Equinocial em 8 de setembro de 1612 [...]. Por fim, dado por finalmente fundada a colônia, o Sr. de Razilly deu ao Forte o nome de Saint-Louis, em homenagem ao rei menino Luís XIII, o qual foi estendido a toda a Ilha.” (MEIRELES, 1982, p.65).

Dessa forma, os franceses se estabeleceram em São Luís e, após três anos da sua ocupação, Portugal reagiu para retomar a posse de suas terras, sob a liderança do Capitão-

Mor Jerônimo de Albuquerque e do Sargento-Mor Diogo de Campos. Em novembro de 1614, na Batalha de Guaxenduba, o Senhor de La Ravardiere foi derrotado. Passado um ano de negociações, o Forte Saint-Louis foi entregue aos portugueses (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Entretanto, a vila de São Luís passou por um longo período sem destaques, uma vez que a Coroa Portuguesa apenas se preocupava em extrair as riquezas disponíveis.

Portugal reassumiu o comando do território maranhense, tendo o Engenheiro Militar Francisco Frias de Mesquita a incumbência de projetar fortificações para consolidar o domínio lusitano na região, traçando um plano urbanístico para o local. Uma das características comuns das cidades e vilas brasileiras daquela época era “[...] a participação decisiva de engenheiros militares no traçado urbano original, bem como a relação entre a localização das fortalezas e o primeiro núcleo de habitação.” (ANDRÈS, 2006, p. 52). Frias de Mesquita concebeu a estrutura de São Luís no formato de quadras regulares, com ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais, servindo de referência para a expansão local.

De toda forma a cidade confirmava o modelo de assentamento adotado pelos colonizadores portugueses. A Cidade Alta, administrativa, militar e religiosa, e a Cidade Baixa, marinheira e comercial, que, associadas à tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVIII, conferem a São Luís, uma forte conotação lusitana (ANDRÈS, 2006, p. 53).

No ano de 1619, chegaram a São Luís casais de açorianos que fundaram a primeira câmara municipal e desenvolveram atividades relacionadas à cana-de-açúcar e ao algodão, gerando, então, vetores de crescimento. Em 1621, o Maranhão foi criado pela Coroa Portuguesa, separando-o administrativamente do Estado do Brasil (ANDRÈS, 2006).

Em 1641, o Maranhão foi novamente invadido, desta feita por holandeses, nesta época comandados pelo Conde Maurício de Nassau, que estava em Pernambuco, permanecendo por três anos. Esse foi um período de violento e destrutivo para São Luís, pois os invasores saquearam e destruíram parte das casas existentes. Por outro lado, deixaram o único registro gráfico de Frias de Mesquita (Figura 2), que era um mapa com perspectiva de Franz Post publicada no livro intitulado “Barleaus” (ANDRÈS, 2006). Esse desenho é de suma importância, pois traz referências ao território no interior da muralha onde está situado o Palácio dos Leões (atual sede do Governo Estadual) e a Intendência, “[...] como era denominada a administração local, e ainda uma construção em cruz, identificando a capela que mais tarde daria origem à Igreja da Sé.” (ANDRÈS, 2006, p. 54).

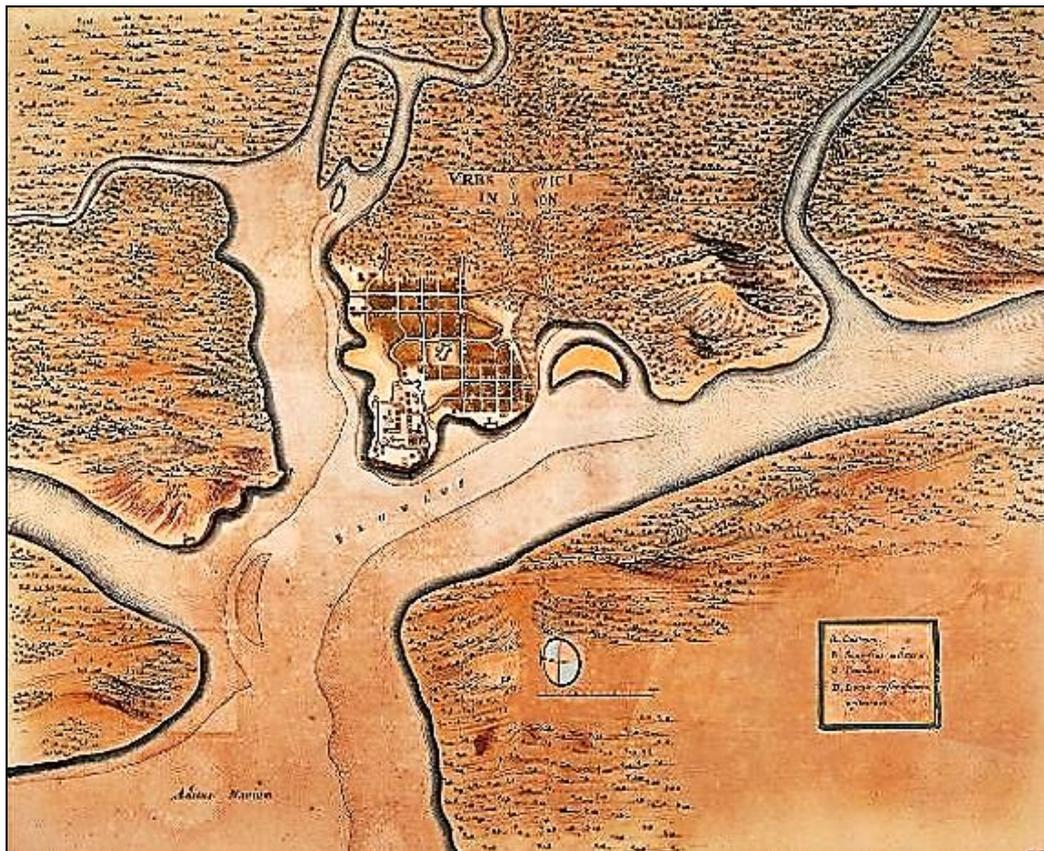


Figura 2: Mapa histórico do plano urbanístico de São Luís datado de 1647
Fonte: ANDRÈS, 2006, p. 52.¹

Um dos principais fatores da importância do projeto de urbanização de Frias de Mesquita para São Luís reside na consolidação do crescimento urbano obedecendo ao mesmo padrão uniforme, com ruas estreitas que variam entre sete e dez metros, e quadras com dimensões que não ultrapassaram as dimensões de 80 por 80 metros até o século XIX (ANDRÈS, 2006). Esse legado foi uma das justificativas para São Luís, com influências francesas, portuguesas, holandesas, indígenas e negras, ser, em 1997, declarada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade (MARANHÃO, 1997; NOBERTO, 2004).

[...] o Comitê decidiu inscrever esta propriedade mediante os critérios (iii), (iv) e (v), considerando que o Centro Histórico de São Luís é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa, adaptada com sucesso à contemporânea e às condições climáticas da América do Sul equatorial, e que tem conservado dentro das notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca. (UNESCO, 1997, s.p, tradução nossa).

Em meados de 1654, o território do estado do Grão-Pará e Maranhão teve as cidades de São Luís e Belém como capitais, o que determinou o seu *status*, direcionando recursos para investimentos em infraestrutura urbana (NOBERTO, 2004). Na segunda

metade do século XVIII, com o advento das revoluções Francesa e Industrial, surgiram novos cenários na Europa e, conseqüentemente, nas colônias da América do Sul.

Sob a governança do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), surgiu a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a partir da qual a situação de pobreza antes reinante começou a mudar. Com a abertura dos portos para as chamadas “nações amigas”, teve início o crescimento e a urbanização de São Luís (LACROIX, 2012). Noberto (2004, p.61) comenta que tal situação se deve ao fato de que:

São Luís estava encravada de frente à Europa, e não possuía, praticamente, ligação por terra que a unisse aos outros estados brasileiros. Como se não bastasse, uma corrente marinha vinda da África dificultava a navegação para o resto do país, como Salvador e Rio de Janeiro.

Várias casas comerciais exportadoras e importadoras começaram a se instalar e é nessa época que também surgiram os casarões e sobrados azulejados dos ricos fazendeiros e comerciantes. É justamente desse período a maciça introdução da mão de obra escrava negra para trabalhar nas plantações de algodão, arroz e cana-de-açúcar. A configuração da cidade como portuária e de agroexportação dinamizou a economia e a riqueza, o que se confirmava com os azulejos presentes nas fachadas (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Os grandes comerciantes e fazendeiros passaram a enviar os filhos para a Europa para adequado desenvolvimento dos seus estudos. Foi durante esse período que São Luís passou a ser chamada de “[...] ‘Atenas Brasileira’, quando intelectuais da terra ganharam projeção nacional, sobretudo no campo das letras (poesia, romance, teatro, jornalismo e crítica literária).” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 30). Nomes notórios, como o do Poeta Antônio Gonçalves Dias, datam desse tempo.

Já no século XIX, o destaque foi o início do parque industrial em São Luís². O enfoque principal era a indústria têxtil, mas também havia espaço para outros ramos, como sabão, açúcar e aguardente. Com a industrialização, houve a expansão urbana. Alguns empreendimentos do setor secundário, como a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa e a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, contribuíram para a desconcentração demográfica e para a ampliação das fronteiras citadinas (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Este cenário e a decadência econômica³ de São Luís, perante outros centros urbanos brasileiros, contribuíram para que boa parte do acervo permanecesse “intacta”, levando a área histórica a compreender, atualmente, cerca de 3.500 casarões e a possuir o maior conjunto de origem luso-brasileira da América Latina (SANTOS, 2015; SILVA FILHO, 1998). Tal fato expõe a necessidade de permanente conservação e revitalização do

patrimônio edificado de São Luís, com base em diretrizes públicas para a sua preservação e para a sua associação com o setor turístico.

Políticas estaduais de preservação do Centro Histórico de São Luís e suas relações com o turismo

Os primeiros programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís datam da década de 1960⁴, mediante a estadia de representantes da UNESCO na cidade para realização de levantamento técnico sobre o patrimônio existente. Em 1973, o arquiteto português Alfredo Viana de Lima chegou ao Brasil para confecção do plano de preservação para a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, e aproveitou a oportunidade para visitar São Luís e Alcântara, ambas no Maranhão, com seu relatório apontando ações preservacionistas para a capital maranhense (MARANHÃO, 1997; VIEIRA, 2008).

A partir desse documento, foi criado o primeiro órgão estadual dedicado à área, o Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA). Entre os anos de 1980 e 1982, foi elaborado o Projeto Praia Grande (Figuras 3 e 4) na gestão do ex-Governador João Castelo, que destinou recursos na ordem de 2,5 milhões de reais para obras no Largo do Comércio e adjacências. A iniciativa contou com participação popular, especialmente dos feirantes locais, além da manutenção de comunidade de baixa renda no espaço. Essas ações coincidem com a meta básica da concepção projetual, direcionada à “[...] busca da preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural.” (MARANHÃO, 1987, p. 4).

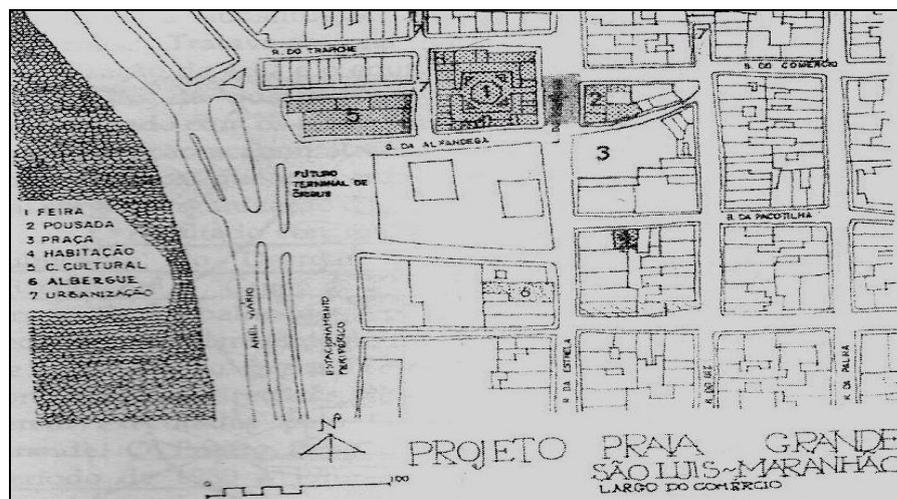


Figura 3: Mapa esquemático de detalhamento do Projeto Praia Grande em São Luís, Maranhão
Fonte: MARANHÃO, 1987, p. 10.

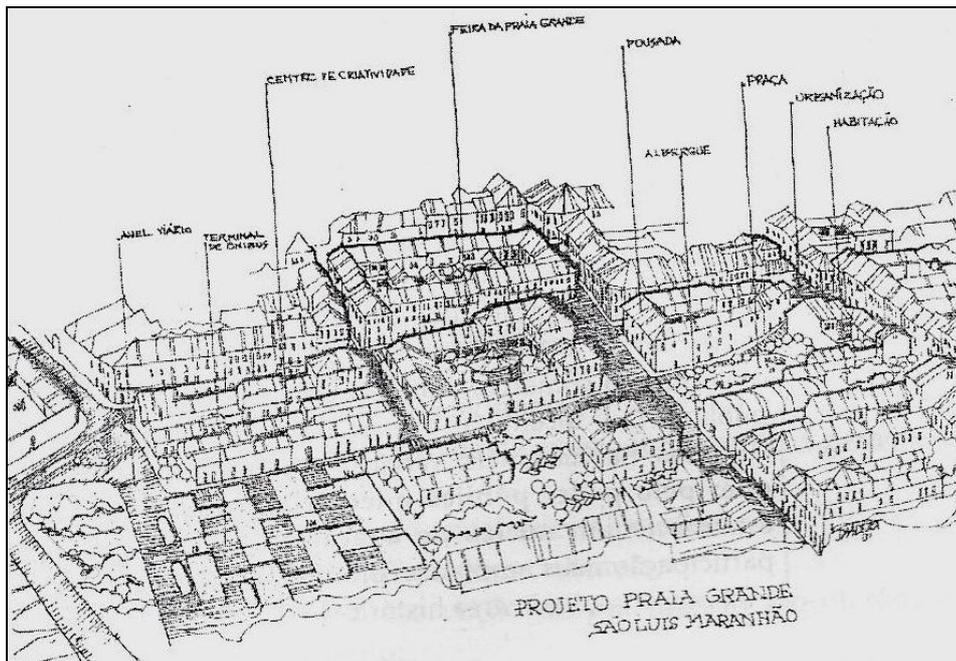


Figura 4: Perspectiva da proposta do Projeto Praia Grande em São Luís,
Fonte: MARANHÃO, 1987, p. 12.

As figuras acima permitem identificar que, na proposta de revitalização de determinada área do Centro Histórico, havia indicativos de criação de áreas de atendimento aos turistas, como meios de hospedagem e centro cultural, pois o espaço urbano é um dos locais onde ocorre o fenômeno turístico (HAYLLAR; GRIFFIN; EDWARDS, 2011). Além disso, engloba “[...] lugares que desenvolveram ou foram especialmente construídos para o turismo, incluindo bairros específicos, *waterfronts* revitalizados, parques industriais, comunidades étnicas, complexos de entretenimento [...]” (KELLY, 2011, p. 50). Esse também é o caso de São Luís, onde o bairro da Praia Grande, especificamente, é considerado o de maior atrativo para a atividade, por reunir boa parte dos equipamentos específicos e por ter sido contemplado com projetos de revitalização. Investimentos diversos foram alocados nesta região, como destacam Carvalho e Simões (2012, p. 204):

[...] implícito na proposta de revitalização, destaca-se o estímulo ao desenvolvimento do turismo cultural, tendo a Praia Grande como principal núcleo de atratividade em virtude da manutenção do acervo arquitetônico. [...] Os usos indicados eram os institucionais (secretarias, repartições públicas, estabelecimento de ensino especializado), de serviços (bancos, cartórios), de turismo (hotéis, restaurantes, lojas de artesanatos), de cultura e lazer (museus, teatros, galerias de arte) e os comerciais (lojas de varejo, móveis, eletrodomésticos, livrarias). As atividades geradoras de movimento de veículos pesados ou que necessitassem de grandes áreas operacionais, como fábricas e usinas, deveriam ser desencorajadas ou proibidas.

Por esse argumento, identifica-se que o turismo já aparecia como alternativa para a revitalização e ocupação do espaço urbano, mais especificamente na área da Praia Grande. No rumo da transformação de áreas centrais patrimoniais em núcleos de atividade turística (SANTOS, 2015), um dos antigos *slogans* do polo São Luís era “centro histórico-cultural do mundo, referência no Brasil” (MARANHÃO, 2012, p. 190), tendo como meta precípua o desenvolvimento do turismo cultural e de atividades específicas, considerando que:

[...] a prioridade de investimento deve ser no âmbito da melhoria, dinamização e diversificação dos produtos e atrativos culturais – materiais [...]; [deve ser] um modelo referência de preservação e valorização da paisagem cultural e do patrimônio histórico-arquitetônico. (MARANHÃO, 2012, p. 190).

Entre os anos de 1983 e 1986, o processo ficou estagnado por falta de recursos, mas, em 1984, foi criado o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), composto por doze subprogramas: 1. Promoção Social e Habitação; 2. Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; 3. Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos; 4. Prédios Públicos; 5. Incentivo às Atividades de Turismo Cultural; 6. Revitalização das Atividades Portuárias; 7. Recuperação da Arquitetura Industrial; 8. Gerenciamento, Planejamento e Administração; 9. Promoção de Parcerias; 10. Captação de Investimentos, Pesquisa e Documentação; 11. Editoração; e 12. Divulgação.

Evidencia-se, portanto, que o turismo aparece entre os doze subprogramas citados, com enfoque no segmento cultural. Além disso, indiretamente, todas as outras onze ações estão relacionadas à atividade turística, pois impactam a infraestrutura da área histórica, utilizada e consumida para e pelo turista. Como esclarecem informações da UNESCO (2011, p. 7), “[...] a conservação do patrimônio histórico e urbano emergiu como um setor importante da política pública em todo o mundo e é uma resposta à necessidade de preservar os valores compartilhados e se beneficiar do legado da história.” (tradução dos autores).

De acordo com estudos da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2012), em um futuro próximo, a principal geração de emprego caberá ao turismo cultural e urbano. De 1999 a 2004, houve um acréscimo de deslocamento de 128 milhões de pessoas no mundo. Em 2010, foram 937 milhões de viagens internacionais e, em 2020, serão aproximadamente 1.6 bilhões. Dados do Ministério do Turismo (MTUR, 2013) apontam que 16,9% dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil têm a cultura como motivação central, ao passo que os domésticos (sobretudo os que possuem maiores rendimentos) representam 12,7% para

esse motivo de viagem, sendo 5,1% direcionados à religião e 3,1% a eventos culturais, esportivos e sociais.

Em 1987, teve início o Projeto Reviver, que constituiu um marco para a revitalização do bairro da Praia Grande, especialmente quanto à recuperação do patrimônio histórico. Esse momento foi o começo de um processo de revalorização do Centro Histórico, até então abandonado (VIEIRA, 2008). Mesmo sendo continuidade do Projeto Praia Grande, em virtude da descontinuidade governamental, houve a opção pela modificação do nome, o que produziu visibilidade às ações, em virtude da abrangência e concentração de investimentos, com as pessoas passando a se referir a esta região da cidade como “área do Reviver” (VIEIRA, 2008, p. 242).

Foram recuperados 107 mil metros quadrados de área urbana, 15 quadras, 200 edificações e 40 mil metros quadrados de imóveis. [...] todas as 200 edificações que foram alvo de recuperação pertenciam ao Estado. [...] em 22 de dezembro de 1989, foi oficialmente inaugurada a “restauração da Praia Grande”. (VIEIRA, 2008, p. 245).

A partir dessa política, foi executada a restauração do Convento das Mercês que, naquele período, recebeu a instalação da Fundação da Memória Republicana, com obras da época em que o maranhense José Sarney de Araújo Costa foi presidente. Outro espaço direcionado ao turismo foi a antiga fábrica de cânhamo, onde passou a funcionar o Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular (CEPRAMA), destinado aos artesãos maranhenses para produção, exposição e venda de seus produtos. Também o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho foi transformado em complexo educacional e cultural, com cinema, teatro, biblioteca, salas de aula, galerias para exposição e restaurante, entre outros. Nesta época, foram estruturados o Museu de Artes Visuais, para abrigar acervo de artes plásticas e coleção de azulejos, e o restaurante-escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que ocupa a antiga sede da primeira companhia telefônica do Maranhão (ANDRÈS, 2006).

A dotação dos centros históricos com equipamentos destinados ao uso recreacional ou turístico tem promovido qualidade tanto de vida dos residentes como de experiência dos visitantes (TROITIÑO TORRALBA, 2014). Além disso, Mínguez García, Calle Vaquero e García Hernández (2016) afirmam que esse tipo de política reforça a dimensão turística, a partir de um conjunto de ações que incluem recuperação física de determinados espaços, mas também a implantação de projetos específicos, como no caso de São Luís, mediante os exemplos supracitados. Os mesmos autores completam que há elevação dos graus de competitividade turística das cidades, quando são realizadas intervenções de revitalização

de regiões degradadas, iluminação de locais públicos, eliminação de cabeamento aéreo e implantação de pavimentos adequados.

A conservação de áreas centrais em cidades históricas adquire *status* incomparável de cultura e vida moderna, definido pela qualidade da arquitetura física do ambiente construído (MÍNGUEZ GARCÍA; CALLE VAQUERO; GARCÍA HERNÁNDEZ, 2016), com persistência da alma do lugar (YÁZIGI, 2009) e concentração de eventos fortalecedores da base da identidade de um povo. Esses locais se tornam referências em turismo cultural, cobiçados internacional e nacionalmente, por promoverem diferentes estilos de vida e diversas experiências sociais (UNESCO, 2011). Para tanto, é necessária a existência de programas direcionados especificamente para essas finalidades, de forma que o turismo esteja contemplado como forte aliado para a promoção da sustentabilidade, com ganhos diretos e indiretos aos envolvidos no processo (SANTOS, 2015).

Mínguez García, Calle Vaquero e García Hernández (2016) exemplificam que as administrações de cidades históricas espanholas iniciaram suas políticas turísticas por um período aproximado de 90 anos, que coincide justamente com o redescobrimto dos destinos da Espanha. Nessa conjuntura, foi considerado o desenvolvimento em sentido amplo, atento à melhoria da competitividade e ao controle da atividade como chave para a sustentabilidade. De maneira complementar, o pensamento político sobre o turismo não pode ser limitado e restrito, com sua orientação à aplicação de modelos de planejamento urbano que o reconheçam como vetor básico, afetando diretamente as áreas históricas (CAMPESINO FERNANDÉZ, 1999; TROITIÑO VINUESA, 1995; 1998; ZÁRATE MÁRTIN, 1995).

A quarta etapa do PPRCHSL foi assegurada com a continuidade de obras de restauração e adaptação de edificações de valor arquitetônico no período de 1991 a 1995. Neste período, tem-se o Projeto Piloto de Habitação no Centro Histórico, instituído pela Coordenadoria de Patrimônio, vinculada à Secretaria Estadual de Cultura, além da restauração do Teatro Arthur Azevedo e das pinturas dos murais do sobrado da Praça do Comércio (ANDRÈS, 2006), ambos com valor como recurso turístico (MARANHÃO, 2014). De 1995 a 1997, ocorreu o processo de reconhecimento de São Luís como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, mediante os citados critérios III (testemunho excepcional de tradição e cultura), IV (exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana ilustrativa de momento significativo da história) e V (amostra importante de um assentamento humano tradicional, também representativo de um povo e de uma época). Esta entidade internacional exigiu que a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal tivesse um setor especializado, sendo, então, criada a Coordenadoria de Patrimônio Cultural, subordinada à Fundação Municipal de Cultura (ANDRÈS, 2006; VIEIRA, 2008).

De acordo com normas estabelecidas pelo Grupo de Cidades Patrimônio da Humanidade da Espanha, devem ser concebidos planos e políticas específicas para esses núcleos urbanos, visando ao fortalecimento do turismo e à difusão das imagens dos atrativos, que correspondam aos interesses dos destinos. Tais normativas reforçam, ainda, que é necessária a instituição de uma comissão ou conselho de turismo, que opere e gerencie anualmente as ações, para que não fique obsoleta a forma de apresentação do patrimônio histórico edificado e para que haja a sua real adaptação às necessidades dos turistas (MÍNGUEZ GARCÍA; CALLE VAQUERO; GARCÍA HERNÁNDEZ, 2016).

Mais duradoura (1995 a 2002), a quinta etapa do PPRCHSL assegurou a continuidade das medidas empreendidas por meio de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), especialmente com obras de recuperação de infraestrutura urbana nos bairros do Desterro e Portinho, e com a revitalização de áreas portuárias destinadas ao uso de passageiros. Ocorreu também a construção de redes coletoras e de estações elevatórias e de tratamento de esgoto sanitário. No Centro Histórico, houve a implantação de novo terminal hidroviário, a ampliação das redes subterrâneas de energia elétrica e de telefonia, a execução de obras de pavimentação e de urbanização do bairro do Portinho, e a restauração de edificações, com o estabelecimento de novos usos⁵.

Percebe-se que essa etapa foi densa, contribuindo, de fato, para o primeiro projeto (Reviver), com a criação de novos espaços na área central, destinados a usos recreacionais e turísticos. Alguns dos edifícios restaurados foram abertos ao público e se transformaram em opções de lazer, entretenimento, educação e cultura, passando a ser comercializados nos roteiros de *city tours* (TRIPADVISOR, 2017). Além disso, em 1998 foi desenvolvido o Plano Municipal de Gestão do Centro Histórico de São Luís, efetivado de 2001 a 2003, com base em princípios de conservação integrada (ANDRÉS, 2006).

Na sexta e última etapa do PPRCHSL (2002 a 2006), foram restaurados quatro imóveis com fins residenciais e instaladas quinze lojas nos pavimentos térreos. Também foram inaugurados vários outros espaços⁶. Em paralelo, foi promovido o restauro das praças Benedito Leite, Mercês e Gonçalves Dias, bem como da Avenida Dom Pedro II. Brito (2007) afirma que, na perspectiva de estudiosos e gestores do turismo, há o reconhecimento de que as cidades em si já são um atrativo de primeira ordem, podendo gerar fluxos turísticos expressivos e rentáveis, conforme a capacidade de distribuição de responsabilidades entre setores público e privado na execução de planos necessários à atividade turística em certo território. O autor ainda completa que as cidades são, por excelência, sínteses do patrimônio cultural em virtude de sua vinculação com fatos históricos.

Resultados dos produtos turísticos de determinada cidade, os destinos devem ter relações objetivas com serviços e infraestrutura que propiciem o seu adequado consumo. Todavia, há que se considerar que elementos do mesmo cenário urbano devem ter similar nível de conservação, como integrantes de uma paisagem que propicie tanto fruição estético-cultural quanto visitação interativa com o lugar. Há que se destacar, porém, que o turismo em cidades históricas pode condicionar a concentração local de visitantes e de usos promotores de seletividade espacial (BRITO, 2007).

Nessa perspectiva, a utilização do território, aliada à revitalização, conservação e preservação dos seus recursos patrimoniais, deve promover a participação com ganhos tanto para o visitante quanto para o visitado. Assim, a restauração de um edifício não condicionada à visita não significa, necessariamente, que a obra não possua funcionalidade para o turismo (CALLE VAQUERO, 2002). Esse é o caso de alguns dos edifícios citados do Centro Histórico de São Luís, que funcionam como repartições públicas, onde a visita é mais restrita, mas que possuem valor estético e paisagístico e cujas dimensões externas se configuram como condicionantes para o desenvolvimento turístico.

Desde o final do século XX, tiveram continuidade a implementação de projetos do PRODETUR e o estímulo ao uso habitacional na região, com a instituição, entre 2003 e 2005, do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís. Entre os anos de 2006 e 2017, essa área não recebeu a devida atenção frente à sua importância cultural e turística (IMIRANTE, 2016; COISSI, 2015). As políticas nela incidentes foram, em sua maioria, de âmbito federal, oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), num valor de R\$ 133,2 milhões, destinado a 44 ações de requalificação urbana, como obras em igrejas, fortaleza, estação ferroviária, monumentos e imóveis protegidos (SANTOS, 2015).

As políticas estaduais de preservação do Centro Histórico de São Luís destacam benfeitorias quanto à infraestrutura e à conservação de edificações patrimoniais para uso do território enquanto espaço urbano, antes degradado e vazio, as quais, por meio de intervenções, notadamente a partir da década de 1980, aumentaram o seu valor arquitetônico e paisagístico. Mesmo que muitos edifícios tenham sido designados ao setor público e as diretrizes direcionadas quase que exclusivamente ao restauro e à revitalização deste território específico, o turismo aparece como uma das estratégias e como um dos receptores dos benefícios dessas obras ao longo dos últimos quarenta anos. Por outro lado, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade deu impulso para que as políticas estaduais fossem executadas, não somente por solicitação da UNESCO, mas também pelo resgate da autoestima do ludovicense, que percebia este território como um lugar marginalizado e, agora, constitui um ambiente de convívio na cidade (CUTRIM, 2011).

Brito (2007) afirma que o turismo é importante para a resolução de ações de desenvolvimento de cidades que tenham como marco o patrimônio histórico, pois promove estratégias de recuperação e revitalização de determinadas áreas de valor cultural agregado, mediante projetos urbanísticos e de restauração e sensibilização, entre outros. Para o mesmo autor, o turismo pode ser associado à preservação patrimonial, pela sua inserção na estrutura de consumo da cidade histórica e turística.

Nessa lógica, percebe-se que, nas décadas de 1980 e 1990 (Figura 5), a partir das políticas estaduais de preservação, foram direcionadas ações de caráter estrutural que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento da atividade turística no Centro Histórico de São Luís, com melhorias em diversos aspectos urbanísticos e patrimoniais, assim como para a inserção do setor privado, com equipamentos de agenciamento, artesanato, gastronomia e hospedagem, entre outros.

No final da década de 1980, ou seja, antes das mencionadas políticas, Gisiger (1979, p. 5-6) comentava que:

[...] mesmo no estado de abandono em que se encontra atualmente, a área constitui a maior atração turística do estado, e já possui uma infraestrutura rudimentar para atender a este setor. A recuperação arquitetônica e a consolidação e ampliação das atividades comerciais e culturais representam a oportunidade mais viável para ali se dinamizar o turismo.

Com o processo de implantação das políticas estaduais de preservação, Silva e Silva (2010, p.93-94) destacam que:

[...] a valorização do patrimônio no Centro Histórico de São Luís ampliou as formas de consumo cultural e conseqüentemente impulsionou a transformação das paisagens em função da primazia do valor econômico sobre os bens tombados. Com o *marketing* urbano, criou-se a imagem do “espaço” desejado, antes estigmatizado, pela exploração da carga histórica cultural.

Como uma das premissas da política era o incentivo ao turismo cultural, os principais eixos “construídos” estão relacionados a essa finalidade, como centros de cultura e museus. Além disso, empresas privadas foram instaladas na região, ofertando alimentação, artesanato e hospedagem, o que garante o chamado “tripé” do setor turístico (CARVALHO; SIMÕES, 2012).

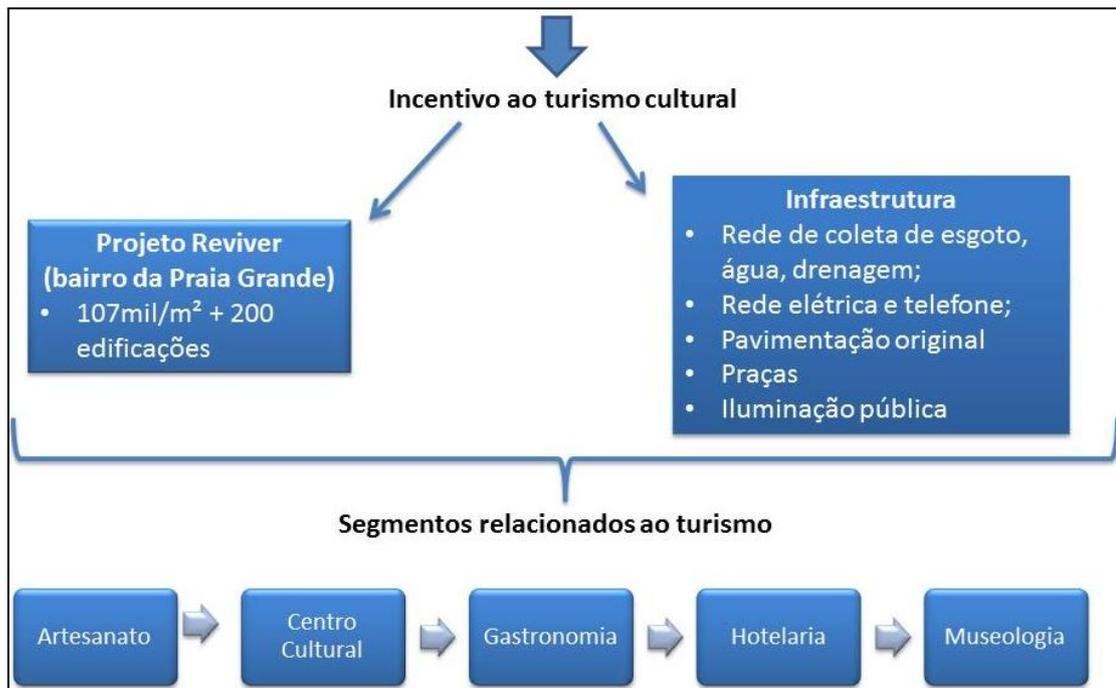


Figura 5: Organograma de políticas estaduais de preservação e turismo no Centro Histórico de São Luís da década de 1980.

Fonte: Adaptada de Andrès, 2006; Santos, 2015; Vieira, 2008.

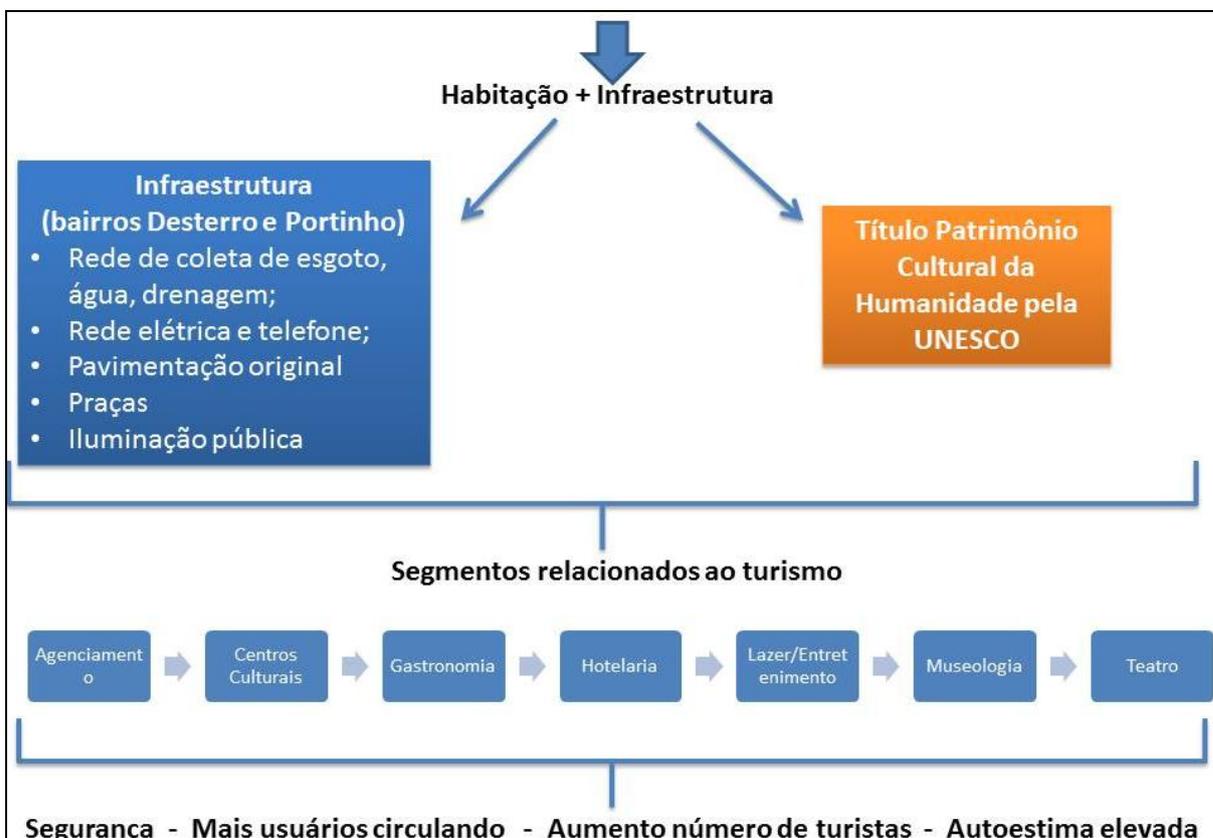


Figura 5: Organograma de políticas estaduais de preservação e turismo no Centro Histórico de São Luís da década de 1990.

Fonte: Adaptada de Andrès, 2006; Santos, 2015; Vieira, 2008.

Com o recebimento do título internacional pela UNESCO, as políticas e os projetos foram intensificados, ampliando a área de intervenção, antes mais restrita ao bairro da Praia Grande, para outras regiões da cidade. Com isso, houve a criação de espaços revitalizados, com infraestrutura para novos equipamentos, como agências de viagens, restaurantes, meios de hospedagem, museus e teatro, por exemplo.

[...] após receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o Governo do Estado do Maranhão e a iniciativa privada se uniram para transformar [... São Luís], num polo do turismo, via espetacularização do Centro Histórico, especialmente da Praia Grande, oferecendo atrativos diversificados que misturam modernidade e tradição, com abertura de núcleos de diversão e lazer, voltados para o turista. Desta forma, a Praia Grande teve significativo prestígio por concentrar maiores investimentos de recursos públicos na conservação de seu patrimônio edificado, tornando-se assim, em tese, o cartão de visita da cidade. (SILVA; SILVA, 2010, p. 99-100).

Nas pesquisas de Andrès (2006) e Cutrim (2011), encontram-se indicativos de que as políticas estaduais de preservação renovaram o Centro Histórico, trazendo fluxos de turistas e moradores para desfrutarem da infraestrutura e dos equipamentos. Os autores também afirmam que houve melhorias da segurança e da autoestima dos ludovicenses quanto ao sentimento de pertencimento.

Com o projeto de revitalização, o Governo recuperou fachadas, revitalizou prédios, praças, e sobrados, investiu na infraestrutura. O fato é que, na prática, algumas ruas foram mais beneficiadas que outras com serviços de infraestrutura, segurança e policiamento. Na Praia Grande, há ruas com maior concentração de bares, pousadas e boates refinadas. [...] O que se verifica na maior parte dos casos é que a intervenção estatal está amplamente vinculada ao mercado, focado na valorização turística. (SILVA; SILVA, 2010, p. 101-102).

Depreendendo-se a forte relação entre o turismo e o patrimônio histórico de São Luís, a atividade turística utiliza recursos do acervo arquitetônico para seus próprios fins, com intervenções contribuindo para a preservação cultural. Nessas circunstâncias, Venancio (2012, p. 204) esclarece que:

[...] o programa de preservação do Centro Histórico de São Luís foi sendo implementado por etapas ao longo de quase duas décadas e, apesar dos diferentes governos estaduais que deram apoio político e financeiro às ações do programa, a base dos projetos se manteve a mesma, isto é, aquela elaborada pela equipe técnica de elaboração da proposta, o que garantiu a unidade de diretrizes e de objetivos [...]. O Bairro da Praia Grande foi em grande parte recuperado; as ruas foram calçadas, muitos casarões

reformados, prédios públicos refuncionalizados. Torna-se explícita a preocupação em manter a tradição, preservando a memória e a história do Centro Histórico, ao mesmo tempo em que a busca pela revitalização do local implica a sua inserção na ordem contemporânea representada pela atividade turística.

Dois anos após o recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o Governo do Estado do Maranhão lançou uma nova diretriz estadual de turismo, intitulada Plano Maior⁷, que dividiu o estado em cinco polos turísticos⁸, sendo o chamado “Histórico-Cultural” composto pelos municípios da ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e Alcântara (MARANHÃO, 2012). Seu foco principal é a cultura, pois, além da capital maranhense, esta última “Cidade Monumento” também detém um acervo histórico de relevância nacional⁹.

A partir de então, o turismo se consolidou como alternativa de desenvolvimento para o estado do Maranhão e de valorização do patrimônio histórico da cidade de São Luís (SANTOS, 2015). Esse fato é de elevada relevância, pois, como destacam Anjos, Anjos e Oliveira (2013), é importante que seja ofertado um conjunto de serviços urbanísticos para quem está viajando.

Contudo, faz-se mister a reflexão sobre críticas levantadas por Choay (2001[1992]), acerca dos riscos oriundos tanto da espetacularização da cultura quanto da exibição e consumo turístico de bens patrimoniais. Assim, é fundamental que, às diretrizes governamentais citadas e suas respectivas ações, nos âmbitos público e privado, sejam associadas medidas de minimização dos impactos ao patrimônio, causados, por um lado, pelo aumento expressivo da sua visitação e, por outro, pelas decorrentes dificuldades para a garantia da sua preservação.

Considerações finais

Ao longo dos anos, a conceituação sobre patrimônio histórico evoluiu em dois sentidos. Inicialmente, foi ampliada a sua visão como arte em um espaço visível e palpável. Na sequência, à ótica anterior foram adicionadas as produções humanas intangíveis e suas formas de relacionamento com a sociedade como um todo. Essas direções resultaram na sua institucionalização, a qual, tradicionalmente associada à noção de memória, de sagrado ou de herança familiar, ganha outro enfoque, como a ideia de um conjunto de bens comuns a um grupo social.

Paralelamente, percebe-se a evolução do turismo em São Luís tanto pela execução das políticas estaduais direcionadas ao seu sítio histórico, principalmente após a conquista do título de Patrimônio Cultural da Humanidade, quanto pelos esforços para preservação da

área. Cabe destacar, porém, que as leis conservacionistas, já incutidas na gestão local, vêm protegendo o acervo patrimonial local. Entretanto, ressalta-se a importância de maior dinamicidade nesses processos, o que só ocorre a partir do momento em que se aceita a condição de mutabilidade.

Portanto, fazem-se necessários maiores esclarecimentos e estudos acerca da temática do relacionamento entre políticas de preservação e turismo, compreendendo os reais ganhos de um centro histórico com a implantação dessas diretrizes, bem como os seus impactos sobre o turismo, e vice-versa. Recomenda-se, então, que pesquisas empíricas sejam desenvolvidas com o objetivo de verificar *in loco* essas questões, tendo a atividade turística como impulsora do processo de conservação e valorização de bens patrimoniais.

Recebido em: 11/07/2017

Aprovado em: 13/04/2018

NOTAS

¹ Aútor de *Urbs S. Ludovici*, impresso em 1647 em Amsterdã, com ilustração dos feitos do Conde Maurício de Nassau sobre desenho de 1641, atribuído a Franz Post, refletindo o projeto de 1615 de Frias de Mesquita

² “Em 1985, já haviam sido implantadas 16 fábricas na cidade, que a esta altura já se constituía no segundo maior centro industrial do Brasil [...]” (MARQUES, 1996, p. 52).

³ “[...] a atividade industrial declinou e, antes dos anos 1970, todas as indústrias têxteis de São Luís faliram [...]” (MARQUES, 1996, p. 55).

⁴ “Trabalho do Arquiteto Michel Parent, [que] foi o primeiro dos elaborados visando à proteção do Centro Histórico de São Luís. Em 1966, foi solicitado a Parent, pelo Governo Estadual, que preparasse um relatório sobre São Luís e Alcântara, para juntá-lo aos outros relatórios (Pelourinho de Salvador), a serem entregues à UNESCO, em 1968.” (LEITE; RAMOS, 2013, p. 4).

⁵ Como, por exemplo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão; Escola de Música do Estado (Solar Lilah Lisboa); Centro de Capacitação Tecnológica; Memorial do Centro Histórico de São Luís; Teatro João do Vale; Casa do Maranhão; Casa de Nhôzinho; Mercado das Artes; Instituto Oswaldo Cruz; Casa da Cidade (Junta Comercial); Delegacia Especial do Centro Histórico; Batalhão de Turismo; Centro de Educação e Cidadania; e restauração da Igreja da Sé, do Palácio Episcopal, da Igreja do Desterro e das praças Nauro Machado, Valdelino Cécio, Catraieiros, Praia Grande e Pescador), além de projetos de habitação (ANDRÉS, 2006)

⁶ A exemplo da sede da Universidade Virtual do Maranhão, do Centro de Educação Profissional de São Luís, da Escola de Enfermagem do Sistema Único de Saúde (SUS), da Sede da Aliança Francesa no Maranhão (fechada atualmente), do Estaleiro Escola Sítio do Tamancão (fora do território do Centro Histórico) e do prédio da Defensoria Pública (ANDRÉS, 2006).

⁷ “A partir do início de sua implementação, a capital maranhense passou a receber maiores investimentos para a qualificação da oferta turística, diversificando seus produtos.” (SANTOS, 2015, p. 212).

⁸ Polos Chapada das Mesas, Delta das Américas, Floresta dos Guarás, Lençóis Maranhenses e São Luís (MARANHÃO, 2012).

⁹ “O conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara foi tombado pelo IPHAN, em 1948, quando tinha como limite todo o município, sendo que a cidade de Alcântara, propriamente dita, mantinha suas características urbanas e arquitetônicas do século XVIII. Em 1948, Alcântara recebeu o título de Cidade Monumento Nacional.” (IPHAN, 2017, s.p).

REFERÊNCIAS

ADIE, Bailey Ashton; HALL, Colin Michael. Who visits world heritage? A comparative analysis of three cultural sites. *Journal of Heritage Tourism*, Abingdon, UK: Taylor & Francis, v.12, n.1, p.67-80, 2016.

ANDRÊS, Luiz Phelipe Carvalho de Castro. *Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), sob enfoque da conservação urbana integrada*. 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, 2006.

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANJOS, Sara Joana Gadotti dos; OLIVEIRA, Josildete Pereira de. A abordagem sistêmica no processo de planejamento e gestão de territórios urbanos turísticos. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul – UCS, v.5, n.3, p.390-407, jul.-set. 2013.

BRITO, Marcelo. *Las ciudades históricas como destinos patrimoniales: potencialidades y requisitos*. Palma de Mallorca, ES: Fundación Cátedra Iberoamericana de la Universitat de les Illes Balears – FCI-UIB; Universidad Complutense de Madrid – UCM, 2007 (Colección Premios a la Investigación de la FCI, 11).

CALLE VAQUERO, Manuel de la. *La ciudad histórica como destino turístico*. 2.ed. Barcelona, ES: Ariel, 2002.

CAMPESINO FERNÁNDEZ, Antonio José. *Comercio, turismo y cambios funcionales en las Ciudades Españolas Patrimonio de la Humanidad*. Cáceres, ES: Cámara Oficial de Comercio e Industria de Cáceres, 1999.

CARVALHO, Karoliny Diniz; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Análise do modelo de preservação do centro histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. *Turismo: Visão e Análise*, Balneário Camboriú, SC: Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, v. 14, n. 2, p. 196-213, maio-ago. 2012.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade; Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2001. (Título original: *L'allégorie du patrimoine*. Paris, FR: Seuil, 1992).

CUTRIM, Kláutenys Delene Guedes. *Patrimônio da Humanidade: a edificação discursiva da cidade de São Luís nas políticas de preservação do estado*. 2011. 187f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Araraquara, SP, 2011.

DAIFUKU, Hiroshi. *International assistance for the conservation of cultural property*. In: ISAR, Yudhishtir Raj. (Org.). *Why preserve the past? The challenge to our cultural heritage*.

Paris, FR: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 1986. p.45-60.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo, SP: Futura, 2007.

COISSI, Juliana. *Em São Luís, 101 casarões estão em risco*, 2015. Disponível em: <<http://www.google.com.br/amp/m.folha.uol.com.br/amp/cotidiano/2015/04/1618427-em-sao-luis-101-casaro-es-estao-em-risco.shtml>>. Acesso em: 31 maio 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2009.

GISIGER, John U. *Renovação urbana da Praia Grande, São Luís, Maranhão*. São Luís, MA: Sioge, 1979.

GOOGLE MAPS. *Mapa e imagem de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão*. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+--MA/@-2.5606322,44.258122,12z/data=!3m1!4m2!3m1!1s0x7f68ff06f7f6d21:0x983102e459a3de47?hl=pt-BR>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

HAYLLAR, Bruce; GRIFFIN, Tony; EDWARDS, Deborah. Turismo em áreas urbanas: compreendendo o campo de estudo. In: HAYLLAR, Bruce; EDWARDS, Deborah; GRIFFIN, Tony; ALDRIGUI, Mariana. (Org.) *Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos*. Tradução de Ana Paula Spolon e Jorge Camargo. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; Campus, 2011. p. 1-7. (Título original: *City spaces, tourist places*. Amsterdam, NL: Elsevier, 2008).

IMIRANTE. *Abandono do Centro Histórico de São Luís é discutido durante evento*. 2016. Disponível em: <<http://www.imirante.com/mobile/oestadodoma/noticias/2016/06/26/abandono-do-centro-historico-de-sao-luis-e-discutido-durante-evento.shtml>>. Acesso em: 31 maio 2017.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Alcântara, Maranhão*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

KELLY, Ian. Áreas funcionais turísticas dentro da forma urbana: relações com a cidade. In: HAYLLAR, Bruce; EDWARDS, Deborah; GRIFFIN, Tony; ALDRIGUI, Mariana. *Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos*. Tradução de Ana Paula Spolon e Jorge Camargo. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; Campus, 2011. p. 49-64. (Título original: *City spaces, tourist places*. Amsterdam, NL: Elsevier, 2008).

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *São Luís do Maranhão: corpo e alma*. São Luís, MA: Santa Marta, 2012.

LEITE, Carolina Maria de Araújo Martins Silva; RAMOS, Tânia Beisl. *A cidade que parou no tempo: morfologias urbanas e características arquitetônicas de Portugal no Brasil. O estudo do Centro Histórico de São Luís do Maranhão*. 2013. Disponível em: <http://www.upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14119/001_Leite_Carolina.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. *Bens tombados no Maranhão: tombamentos estaduais*. São Luís, MA, 1987.

MARANHÃO. Governo do Estado. *Proposta do Governo do Estado do Maranhão para inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO*. São Luís, MA, 1997.

_____. *Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão: Plano Maior 2020*. Relatório final. São Paulo, SP: Chias Marketing, 2012.

_____. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo sustentável – PDITS –da área turística de São Luís*. São Luís, MA, 2014.

MARQUES, Gustavo Martins. *A development strategy for São Luís*. 1996. 116f. Dissertation (Master of Science in Planning Studies) – Oxford Brookes University, Oxford, UK, 1996.

MEIRELES, Mário Martins. *França equinocial*. São Luís: Editora do Serviço Social do Comércio do Maranhão – SESC-MA; Civilização Brasileira, 1982.

MÍNGUEZ GARCÍA, María del Carmen; CALLE VAQUERO, Manuel de la; GARCÍA HERNÁNDEZ, María. *Actividades turístico-recreativas y huella digital: aproximaciones con referencia Aranjuez (España), paisaje cultural patrimonio mundial*. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; MATOS, Patrícia Francisca de; CASTANHO, Roberto Barboza. (Org.) *Leituras Geográficas: ensaios teóricos sobre temas da contemporaneidade*. Ituiutaba, MG: Barlovento, 2016. p.349-380.

MTUR – Ministério do Turismo. *Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores de desenvolvimento turístico regional*. Brasília, DF, 2013.

NOBERTO, Antônio. *A influência francesa em São Luís: uma oportunidade de segmentação do mercado turístico local*. São Luís, MA: Editora do Centro Universitário do Maranhão – EDICEUMA, 2004.

PMSL – Prefeitura Municipal de São Luís. *O município*. 2014. Disponível em: <<http://www.saoluis.ma.gov.br/Municipio.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991*. 2.ed. São Luís, MA: Fundação Municipal de Cultura – FUNC, 2001.

SANTOS, Saulo Ribeiro dos. *Paisagem Solidária: indicadores de sustentabilidade urbana em área turística funcional do centro histórico de São Luís, Maranhão*. 2015. 584f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, PR, 2015.

SILVA, Georgia Patrícia da; SILVA, Edileuza Lopes Sette. A utilização do patrimônio como cenário para o consumo e a fruição turística: estratégias de produção de imagem do bairro Praia Gande – MA. *Cuadernos de Vivienda y Urbanismo*, Bogotá, DC, CO: Pontifícia Universidad Javeriana – PUJM, v. 3, n. 5, p. 90-115, 2010.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso brasileira no Maranhão*. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Formato, 1998.

TRIPADVISOR. *O que fazer em São Luís*. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g673267-Activities-Sao_Luis_State_of_Maranhao.html>. Acesso em: 23 jun. 2017.

TROITIÑO TORRALBA, Libertad. *Estrategias de reinvenção turística en el grupo de Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España*. In: PALOMEQUE, Francisco López; CÂNOVES, Gemma; ROMERO, Assunción Blanco. (Orgs.). *Turismo y territorio: innovación, renovación y desafíos*. Valencia, ES: Tirant Humanidades, 2014. p. 295-308.

TROITIÑO VINUESA, Miguel Ángel. El turismo en las ciudades históricas. *Polígonos – Revista de Geografía*, León, ES: Universidad de León – ULE, n.5, p. 49-65, 1995.

_____; Miguel Ángel. *Turismo y desarrollo sostenible en las ciudades históricas con patrimonio arquitectónico monumental. Estudios Turísticos*, Madrid, ES: Instituto de Estudios Turísticos de la Secretaría de Estado de Comercio, Turismo y Pymes del Ministerio de Energía y Turismo, n.137, p. 5-53, 1998.

UNESCO – United Nations Organization for Education, Science and Culture. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*. 1997. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/repcom97.htm#821>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

UNESCO – United Nations Organization for Education, Science and Culture. *A new international instrument: the proposed UNESCO recommendation on the historic urban landscape (HUL)*. Paris, FR, 2011.

UNESCO – United Nations Organization for Education, Science and Culture (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Patrimônio cultural no Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

UNWTO – United Nations World Tourism Organization. *Global report on city tourism: Cities 2012 Project*. Madrid, ES, 2012.

VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. *A invenção do Centro Histórico de São Luís, Maranhão*. 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IHrEKu_IslKJ:unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1019/994+&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02 set. 2016.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife, PE: Editora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2008.

VIEIRA, Otávio Augusto. A revitalização do cais Mauá – por uma outra possibilidade. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul – UCS, v. 4, n. 1, p. 25-39, jan-jun. 2012.

ZÁRATE MARTÍN, Manuel Antonio. *Imagen y potencial turístico de un centro histórico singular*, Toledo. In: VALENZUELA RUBIO, Manuel. (Org.). *Los turismos de interior*. Madrid, ES: Editora de la Universidad Autónoma de Madrid – UAM, 1995. p. 289-304.

YÁZIGI, Eduardo. *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo, SP: Plêiade, 2009.